



FISCO Saúde

10 anos

*Edição
Comemorativa*

RECIFE DEZ/2020

ÍNDICE

5 FISCO SAÚDE RELEMBRA DEZ ANOS
DE EMANCIPAÇÃO

9 ENTREVISTA - SR. ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA

11 ENTREVISTA - DR. PABLO CAVALCANTI
DE ANDRADE LIMA BRITO

15 BREVE HISTÓRIA DO FISCO SAÚDE

22 NOSSA HISTÓRIA - GALERIA DE FOTOS



 FISCO
Saúde
10 anos

FISCO SAÚDE

RELEMBRA DEZ ANOS DE EMANCIPAÇÃO

Data foi marcada com um evento na sede do Sindifisco

Homenagem a dirigentes, ex-dirigentes e colaboradores, descerramento da placa alusiva aos 10 anos de emancipação e vídeo com grandes momentos do Fisco Saúde. Assim foi realizado o evento alusivo à passagem de dez anos de emancipação do Fisco Saúde. Uma cerimônia simples, respeitando todas as regras impostas pela pandemia da Covid-19, mas cheia de emoção e representatividade.

O pequeno encontro, que aconteceu na sede do Sindifisco, na tarde de 28 de outubro, contou com a participação de membros e ex-membros dos Conselhos e da Diretoria do Fisco Saúde, bem como de alguns colaboradores. A mesa - composta por todos os presidentes e diretores executivos da Entidade desde a sua emancipação, e também por um representante do Sindifisco: o secretário geral Wildes Jackson -, foi comandada pelo atual Presidente do Conselho de Administração.

Após as boas vindas, os dez funcionários mais antigos, representando todos os colaboradores, foram homenageados e receberam uma placa de agradecimento pela dedicação ao Fisco Saúde por mais de 10 anos. Eles foram saudados pelo diretor executivo adjunto, José Alencar Tavares de Albuquerque Filho, que enalteceu o trabalho incansável de todos, especialmente neste ano de pan-



demia.

A gerente operacional Joelma Helena da Rocha falou em nome de todos os colaboradores. “É um desafio conseguir traduzir pensamentos e sentimentos. É uma honra estar nesta entidade que preza pela vida de todos, com respeito, qualidade, ética e solidariedade”.



Na sequência, foram homenageados os diretores executivos do Fisco Saúde desde a emancipação: José Alencar Tavares de Albuquerque Filho (1º diretor), Izaías Ferraz Sobrinho (2º diretor) e José Ermival de Siqueira (diretor atual),

que falou em nome dos demais. Ele lembrou dos primeiros dirigentes da Entidade, especialmente o Sr. Nilo Otaviano da Silva Filho, presidente do Sindifisco na ocasião em que o Fisco Saúde foi criado originalmente em 1992, e também o Sr. Reginaldo de Sá Luna, diretor executivo do Sindifisco que revolucionou a gestão do plano enquanto este ainda funcionava como um “braço” do Sindicato, e abraçou a ideia da sua emancipação. “Pessoas visionárias, que entenderam a necessidade e a viabilidade de um plano de saúde para os servidores da Fazenda Pública estadual”. Ele destacou ainda a gestão do ex-presidente do Conselho de Administração, Nevtón Borba de Andrade, “que atuou com transparência e diálogo e possibilitou três anos praticamente sem reajustes nas mensalidades do plano”.



Também foram agraciados com a homenagem alusiva dos dez anos os presidentes do Conselho de Administração desde a emancipação da Entidade. Ao Dr. Pablo Cavalcanti de Albuquerque Filho, atual presidente do Conselho, coube a saudação aos demais: Antônio da Silva Ferreira, que atuou nos mandatos de 2010 a 2012 e de 2013 a 2015; e Nevtón Borba de Andrade, que ocupou o cargo de 2016 a 2018.

Dr. Pablo que, além de ser o atual Presidente do Conselho de Administração do Fisco Saúde, é também diretor administrativo e financeiro da FEBRAFITE Saúde (Federação Brasileira de Associações de

Fiscais de Tributos Estaduais – Divisão de Planos de Saúde) e membro do Conselho Deliberativo da UNIDAS (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde), falou sobre a alegria de gerir o plano neste momento especial. “Temos que olhar para o passado com gratidão, reconhecer a luta e a contribuição de muita gente que ajudou a tornar o que é hoje o Fisco Saúde Pernambuco. Precisamos também olhar o presente como afirmação, compromisso de prestar um serviço de saúde de excelência a preço justo. Finalmente, precisamos olhar para frente, para o futuro, com esperança, focando na prevenção e qualidade de vida. Assim, cumprimos e cumpriremos sempre a missão de servir aos nossos associados, que a nós confiaram a sua saúde e dos seus familiares”, finalizou Dr. Pablo.



Um vídeo foi apresentado com alguns dos momentos marcantes desses dez anos de história do Fisco Saúde desde a sua emancipação. Uma história construída com responsabilidade, comprometimento com a qualidade na prestação do serviço de saúde e muita parceria entre Conselheiros, Diretores, Associados e Co-laboradores.

Ao final da cerimônia, ocorreu o des-cerramento da placa alusiva aos dez anos de emancipação do Fisco Saúde. Os par-ticipantes, mantendo todas as regras sa-nitárias impostas pela pandemia, tiveram um momento de descontração, com fo-toes e lembranças dessa data especial para todos.



Um pequeno encontro marcado por muitas homenagens



ENTREVISTAS





ENTREVISTA

ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA

Antônio da Silva Ferreira foi o primeiro presidente do Fisco Saúde (FS) depois da emancipação em 2010. Até então, o FS funcionava como um departamento do Sindifisco. Em 2011, com a obtenção do registro definitivo da nova operadora na ANS, ela emancipou-se. Em entrevista concedida em comemoração a primeira década de autonomia, Antônio Ferreira conta como foram esses primeiros anos.

1- O sr. foi o primeiro presidente do Fisco Saúde após a emancipação. Quais foram as maiores dificuldades desse início?

Sr. Ferreira - O Fisco Saúde Pernambuco já funcionava desde 1992, mas como um departamento do Sindifisco. Já tínhamos uma equipe montada, uma rede credenciada sólida. Eu já fazia parte desse time, então quando a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) começou a dizer que não poderíamos atuar como plano de saúde porque o Sindifisco fugia à finalidade de atuação na saúde, eu já estava trabalhando diretamente no Fisco Saúde.

“Trabalhamos duro para conseguir cumprir todas as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar...”

A partir daí, começamos a ver o que era necessário para agir de acordo com as regras da ANS. Foi um processo burocrático longo e difícil e, quando conseguimos o CNPJ e cumprimos com todas as exigências, a ANS nos concedeu a autorização para funcionar. Meu nome foi cogitado para assumir a presidência, mas relutei em aceitar. Fui convencido quando um colega me disse que se eu não assumisse viria uma pessoa estranha para comandar, então entendi que era melhor alguém que já estava inserido no processo, que conhecia todo o trabalho, comandar nesse primeiro momento. Então por tudo isso, não houve muitas dificuldades. A equipe já era muito boa e sabia o que fazer.

2 – Como surgiu a necessidade da emancipação?

Sr. Ferreira – Nós já atuávamos há muitos anos como plano de saúde, mas ficávamos restritos a ser um departamento do Sindicato dos Integrantes do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco (Sindifisco). O plano de saúde foi crescendo e aumentando suas demandas. Ocorreu também o posicionamento da ANS, que nos proibiu de atuar da forma como fazíamos até então. Foi

o momento certo para a emancipação! Trabalhamos duro para conseguir cumprir todas as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar e no início de 2011 começamos a trabalhar autonomamente.

3 – Quanto tempo levou esse processo até o funcionamento independente?

Sr. Ferreira – Em momento algum deixamos de atuar. A mudança foi progressiva. Esperamos apenas a autorização da ANS para funcionar de forma completamente autônoma, mas não paramos um só dia. Então, ao todo, já temos quase 30 anos de história.

4 – Nesses primeiros dez anos de emancipação, qual a mudança mais significativa que o senhor observa no setor da saúde?

Sr. Ferreira – A judicialização. Tornou-se uma prática levar à justiça demandas que poderiam ser resolvidas administrativamente, com bom senso. A questão é que muitas vezes médicos exigem insumos específicos, de um valor bem mais alto do que um insumo similar. E assim, levam usuários a procurar a justiça por razões, a meu ver, desnecessárias. Você não precisa, por exemplo, de uma lente de contato importada de 100 mil reais, quando uma outra de mesma qualidade custa muito menos. Então, essa é uma questão que precisamos tomar muito cuidado. Não podemos negar qualidade – nem queremos isso –, mas também não podemos aprovar todo tipo de solicitação.

5 – E quais os desafios que o senhor espera para o Fisco saúde nos próximos anos?

Sr. Ferreira – Hoje debatemos muito sobre qualidade e quantidade. Será que ter mais beneficiários nos garantirá mais qualidade? Penso que precisamos crescer, avançar, mas temos que pesar a maneira como isso deve ser feito. Alguns acreditam que outras categorias profissionais devam ser autorizadas a ingressar no plano, mas me preocupo com a estrutura para atender o aumento da demanda. Planejamos a aquisição de uma sede própria, coisa que já está em fase de pesquisa de local adequado. Acho que é um passo importante para o crescimento do Fisco Saúde. Mais espaço para atender pessoas, oferecer serviços de mais qualidade. É um ótimo primeiro passo rumo ao futuro!



ENTREVISTA

PABLO CAVALCANTI DE ANDRADE LIMA BRITO

Em janeiro de 2018 o Dr. Pablo Cavalcanti de Andrade Lima Brito assumiu a presidência do Fisco Saúde Pernambuco. A missão era organizar e tornar a gestão ainda mais profissional. Uma das primeiras ações foi reforçar o planejamento estratégico, com metas e objetivos claros. Nessa entrevista, ele fala sobre os desafios e conquistas do Fisco Saúde nos últimos anos.

1 – O sr. assumiu a presidência do Fisco Saúde há quase dois anos. Nesse primeiro momento, quais foram as medidas mais importantes?

Dr. Pablo – Nossa primeira grande preocupação foi com a profissionalização da gestão. Precisávamos ter organização em todos os setores para poder prestar um serviço com ainda mais qualidade. Para isso, contratamos uma empresa especializada para auxiliar na reformulação do planejamento estratégico do Fisco Saúde. Esse plano estabeleceu metas e objetivos que permeiam todas as ações da instituição. Através dele, desenvolvemos vários projetos, como o “Vida Feliz”, baseado em medicina preventiva, e ampliamos nosso atendimento ambulatorial. Outra coisa que fizemos a partir daí foi o monitoramento da rede credenciada, visando a melhorar o atendimento aos nossos usuários.

Nossa gestão está baseada em quatro pilares básicos: medicina preventiva, profissionalização da administração, fortalecimento das auditorias e ampliação de nossa rede credenciada e capacidade de atuação.

2 - O sr. tem a preocupação com a modernização do Fisco Saúde. O que considera ter avançado nessa questão?

Dr. Pablo – Sem dúvida nenhuma, profissionalizar também significa modernizar. A partir do momento em que você define metas, fica mais fácil buscar os melhores meios para atingi-las. E isso nós fizemos, por exemplo, com a telemedicina. Contratamos uma empresa de São Paulo, a Axismed, especialista nesse modelo de atendimento. Pelo telefone, através de um 0800, nossos usuários podem entrar em contato com profissionais de saúde, 24 horas por dia, sete dias por semana,

para consultar, tirar dúvidas sobre medicamentos ou mesmo condutas a serem adotadas. Dessa forma, evitamos que um paciente procure uma emergência desnecessariamente ou podemos encaminhá-lo imediatamente a um hospital, caso seja realmente urgente.

Além disso, hoje em dia, a medicina precisa ser encarada como saúde e não doença. Temos que trabalhar incessantemente a qualidade de vida. Procuramos estimular não só nossos usuários, como também nossos colaboradores, a cuidar da saúde, prevenir doenças, praticar atividades físicas... Tudo isso faz parte da nossa visão de um plano de saúde forte, moderno e capaz de prestar um serviço de alta qualidade, com eficiência e eficácia.

3 – O sr. enfrenta, nesse momento, à frente de um plano de saúde, uma pandemia de proporções inimagináveis. Como tem sido a gestão em tempos de COVID-19?

Dr. Pablo – Em primeiro lugar, montamos um comitê permanente para o monitoramento da doença. Estabelecemos protocolos rígidos para proteger a saúde de nossos colaboradores. A partir de março, quando o decreto do governo do Estado estabeleceu o fechamento das atividades presenciais, passamos a trabalhar no esquema “home office”, mas jamais deixamos de atender nossos usuários. Também monitoramos de perto os números dentro da nossa carteira de usuários, cada confirmação de positivo, cada internamento, e, infelizmente, cada óbito. Trabalhamos fortemente, em conjunto com nossa rede credenciada, para que não faltasse atendimento de excelência. E considero que nossos números são bastantes positivos.

Em setembro começamos a retomar os atendimentos presenciais. Mais uma vez, um rígido protocolo foi formatado e é seguido por colaboradores, médicos e pacientes. Fisicamente, estabelecemos distanciamento de, pelo menos, um metro e meio entre as pessoas, todos trabalham com equipamento de proteção individual, álcool em gel espalhado por todos os ambientes, entrada e saída separadas e sinalizadas, e o uso da máscara é obrigatório. Então, apesar de ser uma situação muito difícil, de muitos desafios, entendo que nos saímos bem. A pandemia não acabou e trabalhamos incansavelmente para que os efeitos dela sejam os menores possíveis.

“Umas das nossas metas é ter nossa sede própria, objetivo que em breve devemos alcançar.”

4 – O sr. tem como um dos lemas a prevenção nos cuidados com a saúde. Por quê?

Dr. Pablo – Porque, como diz afirma o ditado, é melhor prevenir que remediar. Além de uma economia incrível para qualquer carteira de plano de saúde, é também melhor para qualquer usuário não adoecer. Trabalhamos para que todos tenham qualidade de vida. Investimos muito na medicina preventiva. Esse é o futuro! Através de uma comunicação eficaz, temos levado aos nossos usuários informações sobre atividades físicas, alimentação saudável, exames preventivos. Convidamos especialistas para fazer palestras sobre os mais diferentes temas, como o câncer

de mama e próstata, diabetes e hipertensão, alimentação, etc. Ampliamos nosso atendimento ambulatorial. Temos várias especialidades aqui dentro do Fisco à disposição do usuário: Nutricionista, cardiologista, endocrinologista e clínico geral, entre outros. Também buscamos melhorar nossa rede credenciada para que todos tenham acesso a profissionais de qualidade, das mais variadas áreas e especialidades.

Ainda dentro dessa ideia de prevenção, ampliamos e aperfeiçoamos o programa de monitoramento de crônicos. Montamos gráficos que nos mostram quantos dos nossos usuários têm doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, e fazemos esse acompanhamento de perto, para evitar que a doença entre na fase de descontrole e leve a problemas maiores e mais graves. Enfim, temos vários projetos planejados em detalhes para proporcionar qualidade de vida aos usuários e aos colaboradores também.

5 - E quais os desafios que o sr. prevê que o Fisco Saúde enfrentará nos próximos anos?

Dr. Pablo – Temos grandes planos para o Fisco Saúde Pernambuco. Umas das nossas metas é ter nossa sede própria, objetivo que em breve devemos alcançar. Um local maior e pensado exclusivamente para atender nossos usuários. Com isso, também poderemos ampliar o número de consultórios, especialidades e atendimentos.

Também buscamos maneiras de ampliar nossa carteira de usuários. Mas isso não é uma questão tão simples, pois a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) hoje só permite que funcionários da fazenda pública estadual ingressem no plano. Isso restringe muito nosso potencial de expansão, uma vez que novos associados provenientes de outras categorias profissionais não são permitidos. Mas hoje integro o Conselho Deliberativo da UNIDAS (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde) e sou Diretor Administrativo Financeiro da FEBRAFITE Saúde (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - Departamento de Saúde). Nas duas entidades, trabalho com os colegas de todo o Brasil para que nosso plano possa ser de extensão nacional. Trocamos ideias e nos ajudamos nessa questão junto à ANS. A meta é tornar o Fisco Saúde Nacional, em conjunto com os demais planos de fiscais estaduais do país. Trabalhamos também com a possibilidade de aceitar demais funcionários públicos do estado de Pernambuco, mas isso depende de uma nova autorização da ANS, juridicamente estudamos o que é possível ser feito.

Além de tudo isso, já estamos nos adaptando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor no final de setembro desse ano (2020). A LGPD disciplina um conjunto de aspectos: define categorias de dados, traz os direitos dos titulares dos dados, detalha condições especiais para dados sensíveis, como questões de saúde. Precisamos estar em conformidade com a lei e é de nosso total interesse que os nossos usuários tenham seus dados protegidos, assim como sua privacidade. E, por último, gostaria de ressaltar a boa e sólida situação financeira do Fisco Saúde. Acredito que todas essas ações nos colocam numa posição privilegiada e nos mostram um futuro de prosperidade e muito trabalho.



BREVE HISTÓRIA DO FISCO SAÚDE



José Alencar

*Diretor Executivo
Adjunto do Fisco Saúde*

Antes de começar...

Ao ser convidado para escrever algumas linhas por ocasião dos dez anos do Fisco Saúde, entendi que deveria contar uma história. Mas qual história? Dos dez anos de existência legal da Caixa de Assistência? Dos vinte e oito anos do plano de saúde que sobreviveu num ambiente desfavorável? É certo que o Fisco Saúde não nasceu com a Caixa de Assistência, mas esta é que nasceu para que o plano de saúde pudesse continuar existindo. Percebi que FISCO SAÚDE não é uma empresa, uma associação, um plano de saúde, uma marca registrada. É um pouco de tudo isso mas é, antes de tudo, uma ideia. Resolvi então escrever esta breve história, que talvez tenha algo de estória.

Muitos leitores podem discordar da interpretação que eu venha a dar a determinados fatos. Não tenho a intenção de impor meu ponto de vista nem de polemizar. Tampouco tenho a pretensão de explicar, corrigir ou convencer. Tentarei narrar e/ou analisar os fatos com a maior fidelidade possível, sempre tendo em mente que, por mais imparcial que seja, aquilo que for dito expressará sempre minha opinião pessoal, que poderá ser diferente da do leitor.

Resta explicar o que tem este relato a ver com uma estória. É que na História, os fatos estão sempre atrelados às pessoas, enquanto que nas estórias, muitas vezes os personagens não têm nome nem identidade, posto que, o objeto da estória são as ideias e não as pessoas. Assim sendo, mesmo contando uma história absolutamente verídica, optei por não citar nomes. Desta forma, preservo a privacidade das pessoas e me eximo de cometer injustiças, seja citando, seja preterindo alguém que mereça ser citado.

Breve história do Fisco Saúde

1.

Para contar a história do Fisco Saúde, é preciso recuar um pouco no tempo, a fim de entender a necessidade de um empreendimento como este, porque a necessidade é que move o ser humano a fazer alguma coisa.

A característica mais marcante do reino animal, depois da mobilidade, é o instinto gregário. As abelhas e as formigas são exemplos de animais que, instinctivamente, sem que dependam de comando ou deliberação, formam sociedades altamente estruturadas, para juntas obter o alimento, defender umas às outras e proteger suas crias. É também por instinto que o homem se une a seus semelhantes, para que juntos se defendam das ameaças externas e também para obter maior eficiência na satisfação de suas necessidades comuns.

2.

Os animais em estado livre agregam-se em bandos, manadas, matilhas, cardumes etc. de maneira mais ou menos natural. O homem, ao nascer, já pertence a um grupo familiar e a uma sociedade civil. No decorrer da vida, o indivíduo vai entrando e saindo de grupos, sociedades, organizações, instituições, enfim vai participando de vários tipos de sociedade, sempre tendo em vista a obtenção do benefício individual e coletivo. Podemos dizer que, desde que adquiriu consciência de si mesmo, o homem passou a conhecer a força da união e a usá-la em proveito próprio.

3.

Com o passar do tempo, as sociedades (em sentido amplo) foram se tornando mais complexas e essa complexidade acabou se refletindo nas organizações sociais. Assim é que as associações de pessoas, ou mesmo de capitais, se associam entre si, criando as associações de associações, das quais falaremos mais tarde.

Uma forma de organização social de que se tem conhecimento desde a mais remota antiguidade é a associação de pessoas que exerciam uma determinada profissão, de que são exemplos as ligas de comerciantes da Europa medieval e as corporações de construtores. Modernamente, com o desenvolvimento do capitalismo, surgiram os sindicatos, que são basicamente associações de trabalhadores. Emprega-se aqui a palavra trabalhador referindo-se àquele que vive do próprio trabalho.

4.

Nosso Código Civil faz distinção entre sociedade e associação, mas isso não vem ao caso neste momento. O que importa é que o sindicato é um tipo particular de associação de pessoas que exercem a mesma profissão. A razão mesma de existir dos sindicatos é a defesa dos interesses, de seus associados e da categoria representada, relacionados com o exercício da profissão.

Durante algum tempo, os funcionários públicos brasileiros não podiam se organizar em sindicatos, razão pela qual suas organizações classistas tinham a denominação genérica de associações, embora funcionassem de fato como os sindicatos dos trabalhadores da iniciativa privada. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 8º, abriu caminho para a criação dos sindicatos de servidores públicos.

No âmbito da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, as diversas atividades que compõem a fiscalização e a arrecadação de tributos e a Contadoria do Estado tinham sido recentemente agregadas em carreira única denominada Auditoria Fiscal e depois Administração Tributária, porém as associações que representavam os diversos segmentos anteriores não dialogavam entre si. A criação de um sindicato único foi encarada como um meio de promover, no seio da categoria, a unificação que até então existia só no papel. Assim, em dezembro de 1988, dois meses após a promulgação da nova constituição, nascia o Sindifisco de Pernambuco. As antigas associações, que tardaram em se adaptar à nova realidade, viram-se então esvaziadas. Uma delas fundiu-se ao novo sindicato e outras continuam existindo, parece que por puro saudosismo. Essa é, desde o surgimento do Sindifisco, a situação das associações dos fiscais de tributos estaduais no Estado de Pernambuco.

Em cada estado brasileiro, a transição dos servidores públicos em geral e dos fazendários em particular, da era das associações para a dos sindicatos, ocorreu de maneira variada, cada um conforme suas peculiaridades. Naquela ocasião, muitas associações intermediavam a contratação de planos de saúde coletivos para seus associados, pois os serviços públicos de saúde estavam, como estão ainda hoje, longe de prestar uma assistência satisfatória. Algumas associações de servidores fiscais começaram a organizar planos de saúde na modalidade de autogestão, evitando o esvaziamento a que nos referimos acima. Em Pernambuco, o esvaziamento das associações já era fato consumado. Coube ao Sindifisco levantar essa bandeira.

5.

Em 1992, um pequeno grupo de filiados do Sindifisco resolveu topar a parada e lançar a semente do que viria a ser um plano de saúde de autogestão, que logo foi batizado como Fisco Saúde. Claro que tudo foi difícil no início. Ninguém tinha experiência no assunto nem fazia ideia dos desafios que estavam por vir. Só havia uma certeza: Se fazendários de outros estados podiam fazê-lo, nós também podíamos.

Logo se verificou que havia a necessidade de algum recurso a título de “Capital Inicial” para alavancar o empreendimento. Calculou-se uma mensalidade e

aqueles primeiros que se dispunham a ser titulares do futuro plano de saúde tiveram que pagar três mensalidades antes de qualquer coisa. Assim nasceu o aporte inicial, que sinaliza a decisão do aspirante em participar do plano de saúde e que hoje é conhecido como taxa de adesão. A taxa de adesão constitui, desde então, o embrião do fundo de reserva. Foi assim que uma entidade sindical incipiente passou a administrar, em seu próprio nome, como se sua fosse, uma atividade paralela exercida por um grupo de filiados mais ousados, sob o olhar desconfiado dos outros associados.

6.

À medida que o Fisco Saúde se firmava, os mais esquivos foram vendo que o negócio era pra valer. Com pouco tempo, os titulares do novo plano já eram maioria entre os sindicalizados. Mesmo assim, o Sindifisco demorou a assumir oficialmente que exercia uma atividade estranha a seus objetivos sociais. No Regimento Administrativo aprovado em 1997, fala-se da criação do Departamento do Fisco Saúde, subordinado à Diretoria Administrativo-Financeira, mas na versão do Estatuto Social aprovada em 1998, há apenas uma menção meio enviesada à existência de tal atividade, no inciso IV do § 3º do artigo 51, ao tratar da recém-criada figura do Sócio Contribuinte, que vem a ser o pensionista de funcionários ativos ou inativos que houvessem integrado, ao falecer, a categoria profissional representada pelo Sindifisco. O citado dispositivo tinha a seguinte redação:

“§ 3º - O Sócio contribuinte terá direito:

.....
IV – a participar como titular dos planos de saúde do SINDIFISCO, observadas as normas do Regimento Interno do Fisco Saúde, em vigor;”

Foi só em 2005 que a atividade passou a figurar claramente no Estatuto Social do Sindifisco, no inciso VI do artigo 3º, com a seguinte redação:

“Art. 3º - O SINDIFISCO-PE tem como finalidades:

.....
VI – organizar, operacionalizar e administrar um plano de saúde de assistência médica, com autogestão, disponibilizando-o, opcionalmente, aos seus filiados e familiares.”

7.

Enquanto isso, em 1998, o Governo Federal sentiu a necessidade de regulamentar o mercado dos planos e seguros de saúde, uma atividade que já movimentava então uma considerável soma de dinheiro. Veio a Lei nº 9.656/98, que estabeleceu as linhas gerais para o funcionamento das operadoras de planos e seguros de saúde e pouco depois, em janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com a finalidade de normatizar e fiscalizar as pessoas

jurídicas abrangidas pela Lei nº 9.656/98. Era um mercado dominado por grandes empresas, como ainda o é, e a referida lei tratou de lhes demarcar o campo de ação, por se tratar de um assunto sensível, como é a saúde da população.

8.

Entre as disposições da Lei nº 9.656/98, uma que causou grande impacto entre as autogestões do fisco estadual foi a que determinava que as operadoras de planos de saúde deveriam ter objeto social exclusivo. Por força dessa imposição legal, as entidades que mantinham a operação planos de saúde como atividade distinta da sua principal, teriam que adotar uma das providências a seguir: assumir a operação de planos de saúde como única atividade ou constituir outra pessoa jurídica, tendo como objeto social a operação de planos de saúde. As instituições atingidas pela norma, entre elas o Sindifisco de Pernambuco, estando em situação irregular, receberam, cada uma, um registro provisório, mas só poderiam obter autorização de funcionamento quando se adequassem aos ditames da lei (art. 34 da Lei nº 9.656/98). Foi assim que o plano de saúde do Sindifisco saiu do anonimato para a ilegalidade. Um grande problema para a entidade sindical.

9.

Neste ponto, vamos abrir uns parênteses para falar das associações de associações, citadas de relance no tópico 3. Como vimos, como regra geral, as associações também se associam entre si. O Sindifisco de Pernambuco, como era de se esperar, integra a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO), que congrega as entidades sindicais do segmento. Ao tornar-se também operadora de planos de saúde, surgiu a necessidade de se filiar também à Federação Brasileira das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE), que é a associação daquelas associações à moda antiga, metade das quais se haviam tornado, como nós, operadoras de planos de saúde. Na verdade, o conjunto dos planos de saúde dos fiscais estaduais não chega a fazer figura entre os planos de autogestão, sendo estes também minoritários, considerando-se o número de vidas seguradas, no mercado nacional dos planos de assistência à saúde. Assim sendo, foi preciso também que o Sindifisco se filiasse à União Nacional das Instituições De Autogestão em Saúde (UNIDAS). Ainda estamos falando das voltas que o Sindifisco teve dar para se manter numa atividade que não era a sua.

10.

Fechando os parênteses, voltemos ao artigo 34 da lei dos planos de saúde. Entre as associações integrantes da FEBRAFITE, surgiu um movimento que consistia em convencer as autoridades de que as autogestões, por não ter condições de concorrer com as operadoras de mercado, mesmo sem ter fins lucrativos, mereciam um tratamento diferenciado, inclusive com a dispensa da exigência do tal

objeto social exclusivo. Não nos cabe aqui avaliar se o pleito, para as associações coirmãs, era mesmo razoável. O fato é que, para o Sindifisco, não dava mais para continuar à margem da lei, mesmo porque não podia renunciar a sua finalidade principal. Em 2009, com a ideia bem amadurecida e discutida entre os interessados, iniciou-se o processo de constituição da nova entidade, que teria como razão social Caixa de Assistência à Saúde do Sindicato dos Funcionários Integrantes do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco, adotando o nome de fantasia Fisco Saúde, que vem a ser o mesmo nome do plano de saúde que causava as maiores dores de cabeça ao Sindifisco. A assembleia de fundação, com aprovação do Estatuto Social, ocorreu no dia 3 de dezembro de 2009. O Estatuto foi registrado no Cartório de Títulos e Documentos no dia 24 de março de 2010, que passou a ser a data oficial de fundação da entidade.

11.

A formalização da Caixa de Assistência foi apenas o marco inicial de um longo processo até que ela estivesse em condições de funcionamento. Faltavam ainda as seguintes providências:

- Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- Eleição da diretoria e órgãos de controle previstos no Estatuto;
- Migração dos funcionários do Sindifisco alocados no Departamento do Fisco Saúde;
- Elaboração de um plano de negócios para ser submetido à ANS, com vistas à obtenção do registro do produto e da autorização de funcionamento da operadora.

Tudo isso foi devidamente providenciado no decorrer do ano de 2010. Finalmente, em 24 de fevereiro de 2011, foi concedida pela ANS a autorização de funcionamento da nova entidade como operadora de planos de saúde. Para a ANS, o que ocorreu foi a chegada de uma nova operadora, com um novo produto, que se propunha herdar a carteira de usuários e o nome de fantasia do antigo plano de saúde do Sindifisco. Para a maioria dos usuários, a transição nem foi percebida, pois todas as regras foram mantidas, inclusive aquela que estabelecia a filiação ao Sindifisco como condição para aderir ao plano de saúde. Além disso, a Caixa de Assistência continuou residindo na casa do Sindifisco, o que contribuiu para reforçar a sensação de que tudo continuava como dantes.

12.

Muitas mudanças ocorreram de fato, porém elas se processaram de dentro para fora. Do lado de fora, os serviços credenciados puderam perceber, quando muito, que mudaram o número de registro na ANS e a razão social. Um olhar mais atento veria que o novo Fisco Saúde, agora um autêntico plano de saúde de auto-gestão e não mais uma atividade paralela do sindicato, passou a participar ativamente da UNIDAS, interagir de forma mais efetiva com a Febrafite Saúde, entidade

que foi criada para congregar apenas os planos de saúde dos fiscos estaduais, que antes se relacionavam através da Febrafite, repactuou os contratos de credenciamento dos prestadores de serviço, passou a ter um planejamento estratégico, isso tudo a título de exemplo, pois a enumeração de tudo que mudou seria impraticável. Enfim, podemos dizer que uma nova mentalidade passou a reger a mesma atividade, exercida pelas mesmas pessoas.

13.

Assim chegamos aos dez anos de existência legal da Caixa de Assistência do Sindifisco, mais conhecida pelo nome de fantasia de Fisco Saúde. As comemorações ocorreram dentro dos limites permitidos pelo Coronavírus, que está impactando a totalidade das atividades humanas no mundo inteiro. A última conquista a ser comemorada é a aquisição da sede própria, sinal visível da autonomia conquistada há dez anos.

A História nos ensina, e a história do Fisco Saúde confirma, que a diferença entre o êxito e o fracasso está na atitude diante dos desafios. Novos desafios virão. Saberemos vencê-los, antes de tudo porque acreditamos na força da união.

NOSSA HISTÓRIA

GALERIA DE FOTOS





Debates anteriores à autonomia



Assembleia de fundação



1^a Eleição

Posse 1^a Diretoria



Posse 3^a Diretoria

Posse 2^a Diretoria



Posse 4^a Diretoria

Participação em eventos



Eventos internos e assembleias





FISCO
Saúde
10 anos